

**CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO
OBSERVATÓRIO DE PESQUISA,
INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM
JUSTIÇA E TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(UFMS)**

**GOVERNANÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENERGIA**

C749

Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande/MS;

Coordenadores: Elisaide Trevisam e Maria Paula Zanchet de Camargo Padilha – Campo Grande: Mato Grosso, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-435-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

1. Transição energética justa. 2. Inovação social. 3. Sustentabilidade. 4. Governança. I. Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável (1:2026 : Campo Grande/MS).

CDU: 34

CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO OBSERVATÓRIO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM JUSTIÇA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UFMS)

GOVERNANÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENERGIA

Apresentação

Os presentes anais reúnem os trabalhos aprovados e apresentados no Congresso Interdisciplinar em Justiça e Transição Energética, espaço acadêmico-científico concebido para fomentar o diálogo qualificado, interdisciplinar e crítico acerca dos desafios contemporâneos relacionados à transição energética, à justiça climática e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O evento consolidou-se como um ambiente de produção e circulação de conhecimento comprometido com a articulação entre Direito, políticas públicas, inovação tecnológica e inclusão social, reunindo pesquisadores, docentes, discentes e profissionais de diversas áreas. A proposta central foi promover reflexões aprofundadas sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da transição energética, com especial atenção à construção de caminhos justos, inclusivos e sustentáveis.

A organização dos trabalhos em Grupos de Trabalho (GTs) possibilitou o aprofundamento temático e o diálogo especializado, contemplando diferentes dimensões da temática central:

O GT 1 – Justiça Climática e Transição Energética Justa, coordenado pelas Profas. Dras. Ynes da Silva Félix e Valéria Furlan, concentrou-se na análise dos fundamentos teóricos e práticos da justiça climática, bem como nos desafios para a implementação de uma transição energética equitativa.

O GT 2 – Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Proteção dos Direitos Humanos, sob coordenação do Prof. Dr. Aldo Aranha de Castro, da Profa. Dra. Camila Amaro de Souza e do Prof. Dr. Antonio Conceição Paranhos Filho, promoveu debates acerca da intersecção entre proteção ambiental e garantia de direitos humanos em contextos de mudanças climáticas.

O GT 3 – Governança, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas de Energia, coordenado pelo Prof. Dr. César Augusto Silva da Silva e pela Profa. Dra. Elaine Dupas, abordou os

arranjos institucionais, regulatórios e políticos necessários para a efetivação de políticas públicas energéticas alinhadas aos direitos fundamentais.

Os GTs 4 – Inovação Social e Tecnologias Sustentáveis e GT 6 – Regulação, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento, ambos coordenados pela Profa. Dra. Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas e pelo Prof. Dr. Ari Rogério Ferra Júnior, reuniram trabalhos voltados, respectivamente, ao papel das inovações tecnológicas e sociais na promoção da sustentabilidade, bem como à análise dos instrumentos regulatórios e dos mecanismos de responsabilização necessários para um desenvolvimento alinhado aos princípios da justiça socioambiental.

O GT 5 – Justiça Socioambiental e Grupos Vulneráveis, coordenado pelas Profas. Dras. Maria Cristina Zainaghi e Vivian de Almeida Gregori Torres, voltou-se à análise das desigualdades socioambientais, com enfoque na proteção de grupos vulneráveis diante dos impactos da transição energética.

Os trabalhos aqui publicados refletem a diversidade de abordagens, a consistência teórica e o compromisso crítico dos autores com a construção de uma agenda acadêmica e institucional voltada à justiça energética e à sustentabilidade. Trata-se de uma produção que contribui não apenas para o avanço do conhecimento científico, mas também para o fortalecimento de políticas públicas e práticas sociais comprometidas com a equidade e a proteção dos direitos fundamentais.

Espera-se que estes trabalhos publicados constituam referência para futuras pesquisas, debates e formulações normativas, reafirmando o papel da academia na construção de respostas inovadoras e responsáveis frente aos desafios da transição energética contemporânea.

GOVERNANÇA DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA

GOVERNANCE OF THE ENERGY TRANSITION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: CHALLENGES FOR CLIMATE JUSTICE

Maria Paula Zanchet de Camargo Padilha¹

Elisaide Trevisam²

Higor Ribeiro Padilha³

Resumo

A transição energética constitui um dos principais desafios do desenvolvimento contemporâneo, ao articular a mitigação das mudanças climáticas, a reorganização dos sistemas produtivos e a redução das desigualdades socioambientais. Contudo, observa-se como problema central que a substituição de fontes fósseis por energias renováveis, quando conduzida de forma fragmentada, mostra-se insuficiente para assegurar resultados socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Essa limitação está associada à fragilidade dos mecanismos de governança e à baixa integração entre políticas energéticas, climáticas e de desenvolvimento. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma a governança da transição energética pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável orientado pela justiça climática. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a transição energética como um processo político e institucional, cujos impactos afetam de maneira desigual populações social e territorialmente vulneráveis. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de políticas públicas e marcos normativos relacionados à energia, ao clima e ao desenvolvimento sustentável. Como resultados esperados, busca-se identificar fragilidades e potencialidades nos arranjos de governança da transição energética, apontando diretrizes para políticas públicas mais integradas, participativas e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Palavras-chave: Transição energética, Governança, Desenvolvimento sustentável, Justiça climática, Agenda 2030

Abstract/Resumen/Résumé

The energy transition constitutes one of the main challenges of contemporary development,

¹ Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Observatório em Justiça e Transição Energética (UFMS).

² Professora do Mestrado em Direito da UFMS. Pós-doutora em Educação. Doutora em Filosofia do Direito. Mestre em Direitos Humanos. Bolsista produtividade FUNDECT/CNPq. Coordenadora do Observatório Justiça e Transição Energética/UFMS.

³ Licenciando em História (ETEP). Graduando em Ciências Contábeis (ETEP).

as it articulates climate change mitigation, the reorganization of productive systems, and the reduction of socio-environmental inequalities. However, a central problem can be observed in that the replacement of fossil fuels with renewable energy sources, when conducted in a fragmented manner, proves insufficient to ensure socially just and environmentally sustainable outcomes. This limitation is associated with the fragility of governance mechanisms and the low level of integration between energy, climate, and development policies. In this context, this study aims to analyze how energy transition governance can contribute to the promotion of sustainable development guided by climate justice. The research is justified by the need to understand the energy transition as a political and institutional process, whose impacts affect socially and territorially vulnerable populations in unequal ways. Methodologically, a qualitative approach is adopted, based on bibliographic and documentary research, with an analysis of public policies and regulatory frameworks related to energy, climate, and sustainable development. As expected results, the study seeks to identify weaknesses and potentials in energy transition governance arrangements, pointing to guidelines for more integrated, participatory, and Agenda 2030–aligned public policies.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Energy transition, Governance, Sustainable development, Climate justice, 2030 agenda

INTRODUÇÃO

A transição energética insere-se de maneira central na Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à energia limpa e acessível (ODS 7), à ação climática (ODS 13) e à redução das desigualdades (ODS 10) (ONU, 2015). O modelo tradicional de crescimento econômico, baseado na exploração intensiva de recursos naturais e no uso de combustíveis fósseis, revelou-se incompatível com os limites ecológicos do planeta, contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas e para a ampliação de assimetrias sociais (Sachs, 2009).

Nesse cenário, a transição energética emerge como resposta necessária, mas não neutra, pois envolve escolhas políticas, econômicas e sociais que impactam de forma desigual diferentes grupos sociais e territórios. O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em investigar: de que forma a governança da transição energética pode promover o desenvolvimento sustentável com justiça climática? O objetivo geral é analisar os elementos de governança capazes de integrar políticas energéticas, climáticas e de desenvolvimento, de modo a reduzir desigualdades e garantir a efetividade dos direitos fundamentais. Como objetivos específicos, busca-se: (i) discutir os fundamentos do desenvolvimento sustentável na Agenda 2030; (ii) analisar a relação entre justiça climática e transição energética justa; e (iii) examinar o papel da governança e das políticas públicas no setor energético.

O estudo adota abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas e marcos normativos, permitindo examinar os principais desafios institucionais da governança da transição energética.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030

O conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se a partir do Relatório Brundtland, que o define como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras (WCED, 1987). Todavia, autores críticos apontam os limites do desenvolvimento tradicional, centrado no crescimento econômico dissociado de critérios sociais e ambientais (Sachs, 2009). A Agenda 2030 reforça a centralidade dessa abordagem integrada ao estabelecer os ODS como um pacto global que articula crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental (ONU, 2015).

2. JUSTIÇA CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

A noção de justiça climática parte do reconhecimento de que os impactos das mudanças climáticas recaem de forma desproporcional sobre aqueles que menos contribuíram para sua origem (Schlosberg, 2007). No campo energético, essa perspectiva se desdobra na ideia de transição energética justa, que enfatiza a distribuição equitativa dos custos e benefícios da mudança dos sistemas energéticos, bem como a participação social nos processos decisórios (Newell; Mulvaney, 2013). Assim, a dimensão social da transição energética torna-se elemento indispensável para a legitimidade e sustentabilidade das políticas adotadas.

3. GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENERGIA

A governança da transição energética envolve a atuação articulada do Estado, do mercado e da sociedade civil, por meio de instrumentos regulatórios, mecanismos de participação social e políticas públicas integradas (Meadowcroft, 2009). O fortalecimento institucional, a coordenação intersetorial e a transparência decisória são apontados como fatores-chave para a efetividade das estratégias de transição energética, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

Diante disso, a governança da transição energética deve ser compreendida como um arranjo dinâmico e multinível, capaz de integrar diferentes atores, interesses e escalas decisórias, assegurando coerência entre políticas energéticas, climáticas e de desenvolvimento. A ausência dessa articulação tende a comprometer a legitimidade social das decisões e a reproduzir desigualdades estruturais, enquanto modelos de governança mais inclusivos e transparentes ampliam a capacidade estatal de promover uma transição energética orientada pela justiça climática e pelo desenvolvimento sustentável.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia fragilidades institucionais na condução da transição energética, especialmente no que se refere à fragmentação das políticas públicas e à insuficiente articulação entre energia, clima e desenvolvimento. Observa-se que a ausência de mecanismos robustos de governança integrada tende a reproduzir desigualdades preexistentes, comprometendo os objetivos de justiça climática. Por outro lado, experiências internacionais e recomendações da literatura indicam que modelos de

governança participativa e intersetorial ampliam a capacidade de alinhar políticas energéticas aos ODS, promovendo maior equidade social e sustentabilidade de longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a governança da transição energética desempenha papel central na promoção do desenvolvimento sustentável orientado pela justiça climática. A transição não deve ser compreendida apenas como um processo técnico de substituição de fontes energéticas, mas como um projeto político e social que exige integração de políticas públicas, fortalecimento institucional e participação social. As implicações para as políticas públicas incluem a necessidade de planejamento intersetorial, adoção de instrumentos regulatórios sensíveis às desigualdades e alinhamento explícito com a Agenda 2030. Como caminhos futuros, destaca-se a consolidação de modelos de governança que articulem energia, clima e desenvolvimento, assegurando que a transição energética contribua efetivamente para a redução das desigualdades e a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

MEADOWCROFT, J. What about the politics? Sustainable development, transition management, and long term energy transitions. *Policy Sciences*, v. 42, n. 4, p. 323–340, 2009.

Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11077-009-9097-z>
Acesso em: 31 jan. 2026.

NEWELL, P.; MULVANEY, D. The political economy of the ‘just transition’. *The Geographical Journal*, v. 179, n. 2, p. 132–140, 2013.

Disponível em: <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/geoj.12008>
Acesso em: 02 fev. 2026.

ONU. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations, 2015.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHLOSBERG, D. *Defining environmental justice: theories, movements, and nature*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WCED – World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.